



Número: **0800190-91.2018.8.15.0781**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Barra de Santa Rosa**

Última distribuição : **22/04/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
R. F. D. S. (AUTOR)		ALYSSON WAGNER CORREA NUNES (ADVOGADO) CILENE FERREIRA DE LIMA (PROCURADOR)	
R. S. S. (AUTOR)		ALYSSON WAGNER CORREA NUNES (ADVOGADO) EDIVALDA DA SILVA BEZERRA (PROCURADOR)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21603 435	30/05/2019 17:12	CONTESTACAO E SUBS-email	Outros Documentos



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARRA DE SANTA ROSA/PB

Processo n.º 08001909120188150781

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RUAN FERREIRA DE SOUSA**, representado por **CILENE FERREIRA DE LIMA**, e **RAQUEL SILVA SOUSA** representada por **EDIVALVA DA SILVA BEZERRA** em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Os Autores são filhos de **ROBSON DE SOUSA FERREIRA**, vítima acidente automobilístico ocorrido em 05/12/2015, vindo a falecer em 19/12/2015.

Cumpram esclarecer que, em que pese os Autores terem realizado o requerimento do pagamento através da via administrativa, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a mesma não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

ASSIM, TENDO A AUTORA DEIXADO DE APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA POR LEI, CARECENDO O AUTOR DE UMA CONDIÇÃO ESPECÍFICA DO REGULAR EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO, QUAL SEJA, INTERESSE DE AGIR.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015^[1], prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DA FALTA DE INTERESSE DE INTERESSE PROCESSUAL

PENDÊNCIA DOCUMENTAL

O processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, porque não concorre uma das condições da ação: o *INTERESSE PROCESSUAL*.

Verifica-se que, o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que deixou de sanear tal pendência, acarretando no cancelamento do sinistro.

Insta esclarecer que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pacificou o tema e conforme o Aviso nº 108/2012 resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, vejamos:

“A prova do requerimento administrativo prévio à seguradora da cobrança da cobertura do seguro DPVAT deve ser exigida pelo juiz no exame da petição inicial”.

No mesmo sentido, se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.

Inércia do autor quanto a este pedido. Reversão do entendimento. Impossibilidade. Incursão em matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. Violação ao princípio da inafastabilidade do acesso à Justiça. Impossibilidade de exame por esta Corte de Justiça. Matéria atinente à competência do Supremo Tribunal Federal.

O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso de demanda judicial.

(...) 4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no REsp 936574/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgamento em 02/08/2011).

Trata-se de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, até porque, o requerimento prévio administrativo é requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, conforme dispõe o art. 5º, § 1º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30

(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)(...)"

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que, frise-se, é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Deste modo, verifica-se que a seguradora só se constitui em mora 30 dias após a entrega de todos os documentos legais na esfera administrativa. E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Assim, tendo o autor deixado de cumprir as exigências administrativas à indenização que entende devida, ingressando com a presente ação sem antes eliminar todas as possibilidades, resta claro que não existe interesse na demanda.

Importante salientar, ademais, que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do Art. 485, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

CARÊNCIA DE AÇÃO - FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(AUTO DE NECRÓPSIA / LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – IML).

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT a indenize pelo suposto falecimento de seu ente no acidente noticiado.

A RÉ DEMONSTRARÁ A SEGUIR QUE A PARTE AUTURAL CARECE DA AÇÃO POR NÃO TER FEITO A COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA SUA PRETENSÃO.

A lei é clara, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos, quais sejam:

"Art. 5º(...)

§1º(...)

a) Certidão de óbito, registro da ocorrência policial competente e a qualidade de beneficiários no caso de morte;

§3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecido diretamente pelo Instituto Médico Legal, independente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente

Ademais, o artigo 5º da Resolução CNSP nº 07/97, repetindo praticamente o que dispõe a lei, assim disciplina:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



“Caso seja detectada falha de ordem formal em um dos documentos mencionados nos artigos 2º e 4º, ou a existência de indícios de fraude, deverá a seguradora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da documentação, notificar o interessado com “aviso de recebimento”, solicitando os documentos ou esclarecimentos necessários à elucidação do assunto.”

Constata-se que não há nos autos o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina a *causa mortis* da vítima como sendo oriunda de acidente automobilístico noticiado.

Essa prova documental incumbe à parte Autora, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

Dessa forma, como a certidão de óbito não informa que houve acidente de trânsito, não poderia a parte autora pleitear indenização a título de seguro obrigatório, DPVAT, pelo falecimento de seu ente querido, ainda, que lhe tenha causado dor, pois o seguro DPVAT tem requisitos legais a serem obedecidos os quais são alegados ao longo da peça processual que ora se apresenta.

DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DOS REPRESENTANTES LEGAIS

Caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A RÉ INFORMA A NECESSIDADE DE SER OUVIDA, PESSOALMENTE, A PARTE AUTORA SOBRE OS FATOS NARRADOS NA INICIAL, BEM COMO TODA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS, EM ESPECIAL O BOLETIM DE OCORRÊNCIA, HAJA VISTA QUE A NARRATIVA DOS FATOS, NÃO FOI EXPOSTA DE FORMA CLARA, BASTANTE GENÉRICA, , CONSTANDO APENAS RELATOS TOTALMENTE UNILATERAIS DE TERCEIROS.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DOS REPRESENTANTES LEGAIS

DO BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A RÉ INFORMA A NECESSIDADE DE SER OUVIDA, PESSOALMENTE, A PARTE AUTORA SOBRE OS FATOS NARRADOS NA INICIAL, BEM COMO TODA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS, EM ESPECIAL DIANTE DO BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO E DOCUMENTOS MÉDICOS JUNTADOS AOS AUTOS.

Ressalta-se a importância da juntada dos documentos médicos já que é através deles que se confirmará a existência das lesões sofridas pela vítima, de modo que sua ausência impossibilita a apuração do nexo de causalidade.



Perceba Exa., que os r. documentos médicos juntados aos autos, encontram-se totalmente ilegíveis, indecifráveis, imprestáveis, e mais não constaram o nome da vítima, vejamos:

GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAÚDE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

UNIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO
 Código da Unidade: 0023671 CNPJ: 08.773.268/0001-69
 Nome: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
 Endereço: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS
 Município: CAMPINA GRANDE Estado: PARAÍBA UF: 25

PACIENTE
 Nome: [illegible] Sexo: [illegible] Data de Nascimento: [illegible] Data de Atendimento: [illegible]
 RACIA/COR: [illegible] NASCIMENTO: [illegible] PRESTA: [illegible] AGENTES: [illegible] PÓSICA: [illegible]

ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:
 [illegible]
 EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: [illegible]
 RESULTADOS: [illegible]

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS
 1. [illegible]
 2. [illegible]
 3. [illegible]
 4. [illegible]
 5. [illegible]

DIAGNÓSTICO / CID: [illegible]

NATUREZA DA OCORRÊNCIA
 Consulta Externa (PAB) [illegible]
 Consulta Externa (PAB) [illegible]

PROCEDIMENTO
 [illegible]

TIPO DE ATENDIMENTO
☐ 01 - URGÊNCIA
☐ 02 - AGENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU SERVIÇO DA EMPRESA
☐ 03 - AGENTE NO LOCAL DE TRABALHO (FABRIL)
☐ 04 - OUTROS TIPOS DE AGENTES E TRANSITO
☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVOLVIMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS

MEDICAÇÃO
☐ 01 - PRECATORIA
☐ 02 - RECETA

ENCAMINHAMENTO
☐ 01 - HOSPITAL
☐ 02 - OUTRO HOSPITAL
☐ 03 - OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:
 [illegible]

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(IA)S / ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S): [illegible]
 ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL: [illegible]
 ASS. DO REVISOR TÉCNICO (CARIMBO): [illegible]

Sem identificação:

ESTADO DA PARAÍBA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARUNA
 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU
 Rua Coronel Pedro Targino, s/n, Centro, Araruna - CEP: 58.233-000
 CNPJ: 11.667.815/0001-51

1134
 17.20

IDENTIFICAÇÃO / OCORRÊNCIA
 Data: 05/03/15 Nº da Ocorrência: 1706341 Paciente / Usuário: [illegible] Sexo: Masc. ☒ Fem. ☐
 Local da Ocorrência: [illegible]
 APOIO NO LOCAL: ☐ PM ☐ Resgate / Bombeiros ☐ PRF ☐ Agência de Tránsito ☐ Outro: [illegible]
 QTA: ☐ Socorrido por terceiros ☐ Recusou Atendimento ☐ Socorrido pelo Bombeiro ☐ Local não Encontrado ☐ Outro: [illegible]
 DESTINO:
 Local: [illegible] Responsável: [illegible] OBS.: [illegible]
 Local: [illegible] Responsável: [illegible] OBS.: [illegible]
 Local: [illegible] Responsável: [illegible] OBS.: [illegible]

TIPO DE AGRAVO (NATUREZA DA OCORRÊNCIA):
☐ CLÍNICO ☒ Trauma
☐ GINECO - OBSTÉTRICO
☐ PSIQUIÁTRICO
☐ TRANSFERÊNCIA PROCEDENTE DO: [illegible]

ANTECEDENTES:
 MEDICAMENTOS: [illegible]
 PATOLOGIA (S): [illegible]
 ÚLTIMA ALIMENTAÇÃO: [illegible]
 VACINAS: [illegible]



GOVERNO DO PARÁIBA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento

Nome: Sua identificação (pseudônimo) Barro: Barro

Idade: 30 anos Documento de Identificação: 5215

Data de Nascimento: 30/05/89 Hora de Atendimento: 15h

Ocupação: Acadêmico

Classificação de Risco

Nível de consciência: () Bom () Regular () Baixo

Frequência cardíaca: 100

Temperatura axilar: 36,5

Mucosas: () Normocrada () Rápidas

Pressão arterial: 120/80

Desaturação de Hb: 98

Desambiguação: () Livre () Cadeira de rodas () Cama

Estratificação

() Amarelo - atendimento até 1 hora
() Azul - atendimento imediato

Assinatura e carimbo do profissional

GOVERNO DO PARÁIBA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

FICHA DE AVALIAÇÃO - FISIOTERAPIA - UTI ADULTO

PROCEDÊNCIA: Sessão

DIAGNÓSTICO: Respiratório

DIAGNÓSTICO FISIOTERAPÊUTICO: Respiratório

MOTIVO INTERNAÇÃO: Respiratório

ANTECEDENTES: Doença crônica

HDA: Respiratório crônico com sintomas de insuficiência respiratória, com distúrbio durante a oxigenação, com contusão pulmonar, TCE grau 2, em tratamento com oxigênio e suporte ventilatório.

SV: FC: 100 FR: 20 PA: 120/80 SpO2: 98

ESTADO GERAL: () Bom () Regular () Baixo

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA: () Bom () Regular () Baixo

NÍVEL DE SATURAÇÃO: 98

SISTEMA NEUROVASCULAR E OSTEOARTICULAR: Normal

SISTEMA RESPIRATÓRIO E CARDIOVASCULAR

SUORTE VENTILATORIO: Intubado

CANULA: Intubado

O2 SUPLEMENTAR: 10L

DESOCUPORTO VENTILATORIO: Intubado

OBSTRUÇÃO DE VAS: Intubado

PARÂMETROS VENTILATORIO: Intubado

FIATRO VENTILATORIO: Intubado

EXPANSIBILIDADE TORÁCICA: Intubado

TÓSSIS: Intubado

SECRETARIZAÇÃO: Intubado

COMPOSIÇÃO: Intubado

COR SECRETARIZAÇÃO: Intubado

EXAMES COMPLEMENTARES

GABOMETRIA: Intubado

HEMOGRAMA: Intubado

TOMOGRAFIA: Intubado

RAIO X: Intubado

VENTILAÇÃO MECÂNICA - PARÂMETROS INICIAIS E MONITORIZAÇÃO

MODALIDADE: Intubado

TIPO: Intubado

VT: Intubado

PEEP: Intubado

FiO2: Intubado

Fluxo: Intubado

Pressão: Intubado

CONDIÇÃO CLÍNICA FISIOTERAPÊUTICA

CD: Intubado

RESUMO DE ALTA

DATA: Intubado

HORA: Intubado

OP. AREA VERMELHA: Intubado

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a veracidade dos fatos narrados na exordial, bem como autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício ao Hospital onde foi prestado o primeiro atendimento, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS MÉDICOS COM O NOME DA SUPOSTA VÍTIMA/DOCUMENTOS CONTEMPORÂNEOS COMPLEMENTARES

A Lei que regula a indenização pleiteada pela Autora é a Lei n.º 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92 e 11.482/07. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a morte e o acidente noticiado.

EM QUE PESE A PARTE AUTORA TER JUNTADO AOS AUTOS A CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA, NÃO HÁ ELEMENTOS CAPAZES DE COMPROVAR QUE A VÍTIMA TERIA FALECIDO EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO.

EXA., APESAR DA PARTE AUTORA TER JUNTADO DOCUMENTOS MÉDICOS, NÃO FICOU COMPROVADO ATRAVÉS DOS DEMAIS DOCUMENTOS TRAZIDOS PELO AUTOR QUE A MORTE DA VÍTIMA DECORREU DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

Perceba Exa., que os documentos médicos juntados aos autos, encontram-se totalmente ilegíveis, indecifráveis, imprestáveis, e mais não constaram o nome da vítima.

CUMPRE-SE RESSALTAR AINDA QUE A PARTE AUTORA NÃO JUNTOU NENHUM DOCUMENTO CONTEMPORÂNEO AO SINISTRO, DEIXANDO AINDA DE APRESENTAR A CERTIDÃO DO AUTO DE NECROPSIA / LAUDO CADAVERÍCO.

Perceba ainda, que não houve a juntada de toda documentação médica que comprove o nexo de causalidade e o lapso temporal, entre a suposta data do acidente informada, dia 05/12/2015, e a morte da vítima ocorrida em 19/12/2015!

B.O.:

GOVERNO DA PARAIBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
1ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CÍVEL
DELEGACIA DE POLÍCIA CÍVEL DE BARRA DE SANTA ROSA - PB
Rua 08 de Agosto, 347m, Jardim: Fone: 3370-1257 - CEP: 54120-000.

BOLETIM DE OCORRÊNCIA VERSANDO SOBRE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO
Nº 03/2016

DATA, HORA E LOCAL DA OCORRÊNCIA: 05/12/2015, ÀS 17H:00MIN, NA RODOVIA ESTADUAL PB-133 QUE LIGA A CIDADE DE DAMIÃO-PB, AO DISTRITO DE LOGRADOURO.

DATA E HORA QUE A DELEGACIA TOMOU CONHECIMENTO DO FATO: 28/01/2016, ÀS 15H:00MIN.

COMUNICANTE: RUBENS FERREIRA DE SOUSA, Brasileiro, solteiro, nascido aos 11/02/1978, natural de Barra de Santa Rosa - PB, filho de José Luiz Ferreira e de Maria Joana de Sousa Ferreira, residente na Francisca Ana de Jesus, s/nº, Centro, Damião, RJ nº 1506527 SSP-PB e CPF nº 768.573.304-08.

VÍTIMA: ROBSON DE SOUSA FERREIRA, Brasileiro, solteiro, nascido aos 15/10/1986, natural de Barra de Santa Rosa - PB, filho de Maria Joan de Souza Ferreira e de José Luiz Ferreira, residente na Francisca Ana de Jesus, s/nº, Centro, Damião, RJ nº 3274440 SSP-PB e CPF nº 072.661.614-09.

TESTEMUNHA (s):

1ª - MARIA DAS VITÓRIAS DE OLIVEIRA SILVA, residente na Rua Romildo Fernandes, s/nº, Centro, Damião-PB. RG nº 2.755.952 SSP-PB e CPF nº 059.548.814-56.

2ª - DAMIANA DE OLIVEIRA SILVA, residente na Rua Manoel Inácio da Silva, nº 185, Centro, Damião -PB. RG nº 3.454.981 SSP-PB.

NARRATIVA: QUE HO DIA 05 (cinco) de Dezembro do ano de 2015, por volta das 17h:00min, seu irmão de nome ROBSON DE SOUSA FERREIRA, encontrava-se pilotando uma motociclista HONDA CG 125 TITAN, cor VERMELHA, ano e modelo 1996, chassi nº 9523C25GTTTB43237, PLACA MGS-8525-PB, de propriedade de ALEXANDRE ABEVEDO SILVA, na Rodovia Estadual PB-133, que liga as cidade de Damião ao Distrito de Logradouro, quando em uma curva, derrapou e caiu ao solo; QUE com foi ocorrido pelo SAMU da cidade de Aracuna, para a cidade de Campina Grande, mais precisamente para o Hospital Dom Luiz Gonzaga Fernandes, onde ficou internado por um período de 15 dias, tendo ido a ÓBITO no dia 19/02/2016, às 15h:57min; QUE procurou a Delegacia de Polícia desta cidade para registrar o ocorrido;

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



CERTIDÃO DE ÓBITO:


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO
NOME:
ROBSON DE SOUSA FERREIRA
MATRÍCULA:
0697730155 2015 4 00077 237 0031887 58

ANTONIO DE JOSE PINHEIRO
ZONA LESTE
Rio de Janeiro, RJ
19 de Dezembro de 2015

SEXO masculino	COR PARDA	ESTADO CIVIL E IDADE solteiro, 29 anos
NATURALIDADE/UF Barra de Santa Rosa-PB		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF nº: 072.681.614-09
ELEITOR -- NÃO INFORMADO --		
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA (DO FALECIDO) JOSE LUIZ FERREIRA e MARIA JOANA DE SOUSA FERREIRA. Resida na(o) RUA-FRANCISCA ANA DE JESUS, S/N, CENTRO, no município de Damião-PB		
DATA E HORA DO FALECIMENTO dezenove de dezembro do dois mil e quinze - 15:57		
Hospital de Emergência e Trauma D. Luiz G. Fernandes no município de Campina Grande-PB		
CAUSA DA MORTE MENINGITE SUBSEQUENTE A TRAUMATISMO CRANIO, ACIDENTE DE MOTOCICLETA, OCORRENCIA SITIO LOGRADOURO, GACIMBA DE DENTRO E COND. PARA CAMPINA GRANDE-PB, CONDUZIDO PARA IML		
NOME DO MÉDICO / CRM EDUARDO HERCULANO DE LIMA - CRM: 1350		LOCAL DO SEPULTAMENTO CEMITÉRIO DE DAMIÃO no município de Damião-PB
DECLARANTE RUBENS FERREIRA DE SOUSA, pai do falecido, brasileiro, solteiro, com 45 anos de idade, Agricultor, residente e domiciliado: RUA-FRANCISCA ANA DE JESUS, S/N, CENTRO, Damião-PB, natural de Barra de Santa Rosa-PB		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Observações: Registro lavrado em 20/12/2015, no Livro C-00077, N° 31887, folha 237. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 225244446. O FALECIDO DEIXA FILHOS MENORES DE IDADE, ERA AGRICULTOR, NADA MAIS FOI DECLARADO		
NOME DO OFÍCIO Cartório de Registro Civil de José Pinheiro		O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé, Campina Grande-PB, 20 de Dezembro de 2015
OFICIAL REGISTRADOR Francisco Solano Rodrigues		Francisco Solano Rodrigues Oficial do Registro Civil
MUNICÍPIO/UF Campina Grande-PB		Selo Digital: ACE22370-BPHO Consulte a autenticidade em: https://selodigital.tjpb.jus.br
ENDEREÇO R. Fernandes Vieira, nº 330, José Pinheiro Campina Grande-PB - CEP: 58407490 Fone: 83.3341-8085 E-mail: cartoriojosepinheiro@hotmail.com		TÓRULO DE JOSE PINHEIRO ZONA LESTE Rio de Janeiro, RJ 19 de Dezembro de 2015

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

No caso em apreço, não obstante dispensável a verificação do elemento culpa, mormente por se tratar de um seguro cuja responsabilidade é objetiva, é imprescindível a verificação de nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e o dano fatal, sob pena de inviabilizar a indenização prevista na Lei 6194/74.

DESTARTE, COMO NÃO HÁ COMPROVAÇÃO CABAL DO NEXO CAUSALIDADE ENTRE A MORTE E O SUPOSTO ACIDENTE NOTICIADO, DEVERÁ SER A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO É A MEDIDA QUE SE IMPÕE.



DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07

ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74

Cumpra salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT4.

Destaques-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais e o mesmo art. 8º da referida Lei, alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, no sentido de que a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil 5.

Desta forma, resta indiscutivelmente comprovado que a verba indenitária deve ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Portanto, para que a autora possa receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, deve comprovar a qualidade de única beneficiária.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação6.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.



CONCLUSÃO

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;
- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela;

Por fim, ressalta a necessidade da intervenção do Ministério Público nos casos de interesse de incapazes, sob pena de nulidade processual, conforme artigo 178, II c/c art. 279 do Código de Processo Civil.

PARA FINS DO EXPRESSO NO ARTIGO 106, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, REQUER A RÉ QUE TODAS AS INTIMAÇÕES SEJAM ENCAMINHADAS AO ESCRITÓRIO DE SEUS PATRONOS, SITO NA RUA SÃO JOSÉ, Nº 90, GRUPO 810/812, CENTRO, RIO DE JANEIRO-RJ, CEP: 20010-020 E QUE AS PUBLICAÇÕES SEJAM REALIZADAS, EXCLUSIVAMENTE, EM NOME DO PATRONO SUELIO MOREIRA TORRES INSCRITO SOB O Nº OAB/PB 15477, SOB PENA DE NULIDADE DAS MESMAS.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA/PB, 28 de Maio de 2019.

**SUELIO MOREIRA TORRES
OAB/PB 15477**



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477 - OAB/PB, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **RUAN FERREIRA DE SOUSA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **BARRA DE SANTA ROSA**, nos autos do Processo nº 08001909120188150781.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

